

Direitas / Derechas

Brasil & Argentina

Federico M. Rossi e
José Szwako (orgs.)

editora
ZO
UK

Direitas / Derechas

Brasil & Argentina

Federico M. Rossi e
José Szwako (orgs.)

editora
ZO
UK

Conselho Editorial

Cristiane Tavares – Instituto Vera Cruz/SP
Daniela Mussi – UFRJ
Idalice Ribeiro Silva Lima – UFTM
Joanna Burigo – Emancipa Mulher
Leonardo Antunes – UFRGS
Lucia Tennina – UBA
Luis Augusto Campos – UERJ
Luis Felipe Miguel – UnB
Maria Amelia Bulhões – UFRGS
Regina Dalcastagnè – UnB
Regina Zilberman – UFRGS
Renato Ortiz – Unicamp
Ricardo Timm de Souza – PUCRS
Rodrigo Saballa de Carvalho – UFRGS
Rosana Pinheiro Machado – U. de Bath/UK
Susana Rangel – UFRGS
Winnie Bueno – Winnieteca

Direitas / Derechas

Brasil & Argentina

Porto Alegre • 2026 • 1ª edição

Federico M. Rossi e
José Szwako (orgs.)

editora
ZO
UK

2026 © Federico M. Rossi e José Szwako

Projeto gráfico e edição: Editora Zouk

Revisão: Larissa Barbosa Finamore

Capa: Otto de Sá

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(BENITEZ Catalogação Ass. Editorial, MS, Brasil)

Elaborado por Aline Grazielle Benitez – Bibliotecária – CRB-1/3129

D598

1ed. Diretas/derechas: Brasil & Argentina / organizadores Federico M. Rossi, José Szwako. – 1.ed. – Porto Alegre, RS: Editora Zouk, 2026.
372 p.; 15,5 x 22,5 cm.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5778-221-7

1. Brasil – Relações – Argentina. 2. Conservadorismo. 3. Direita e esquerda (Ciência política). 4. Economia. 5. Geopolítica. 6. Globalização. 7. Relações internacionais. I. Rossi, Federico M. II. Szwako, José.

09-2026/129

CDD 327.101

Índice para catálogo sistemático:

1. Geopolítica : Relações internacionais : Ciência política 327.101

Este trabalho contou com o apoio da FAPERJ
através da bolsa Jovem Cientista do Nosso Estado.

direitos desta edição reservados à

Editora Zouk

Av. Cristóvão Colombo, 1343 sl. 203

90560-004 – Floresta – Porto Alegre – RS – Brasil

f. 51. 3024.7554

www.editorazouk.com.br

Sumário

Introdução - A construção das direitas na Argentina e no Brasil: esboço de comparação

Federico M. Rossi e José Szwako

9

PARTE I – ATORES

SEÇÃO I – PARTIDOS POLÍTICOS

A ascensão da direita radical e o sistema partidário no Brasil

Graziella Guiotti Testa

41

Da batalha de ideias ao partido de governo: a direita radical na Argentina

Sebastián Mauro e Sergio Daniel Morresi

55

SEÇÃO II – ATORES RELIGIOSOS

Além dos evangélicos: as bases religiosas da extrema-direita no Brasil

Lívia Reis

71

Conservadorismo religioso católico e evangélico na Argentina

Verónica Giménez Béliveau

85

SEÇÃO III – INTELECTUAIS

Os intelectuais e a guerra cultural na ultradireita brasileira

Jorge Chaloub e Paulo Henrique Cassimiro

99

Os intelectuais de Milei e a batalha cultural: difusão de ideias e sociabilidade na direita argentina radicalizada

Ezequiel Saferstein

109

SEÇÃO IV – ATORES E INTERESSES DE MERCADO

Bilionários, empresários e o governo Bolsonaro: ou o discreto comportamento da alta burguesia

Wagner Pralon Mancuso e Rodrigo R. Horochovski

123

Capital e poder: a representação empresarial na Argentina libertária

Ana Castellani, Marina Dossi e Julia Gentile

135

SEÇÃO V – MILITÂNCIAS E BASES SOCIAIS

Os protestos e a radicalização das direitas no Brasil sob Bolsonaro

Luciana Tatagiba e Priscila D. Carvalho

151

Direita em construção: como e por que jovens, mulheres e estudantes militam no mileísmo?

Carolina Spataro e Melina Vázquez

165

SEÇÃO VI – MÍDIA E REDES DE COMUNICAÇÃO

A extrema-direita brasileira e a ruptura da esfera comunicacional “tradicional”

João Feres Júnior

181

**A emergência de Javier Milei, as redes sociais e a mídia:
a normalização da direita radical no debate público**

Philip Kitzberger e Iván Schuliaquer

197

PARTE II – INSTITUIÇÕES E POLÍTICAS DE GOVERNO

SEÇÃO VII – POLÍTICAS SOCIOECONÔMICAS

O desmonte das políticas de desenvolvimento sob Bolsonaro

Fernanda Feil

213

**Transformações no Estado de Bem-Estar durante o
governo de Javier Milei: negociação, contenção e retração**

Andrés Schipani, Olivia Berisso e Tomás Divizia

229

SEÇÃO VIII – POLÍTICA DE SEGURANÇA E FORÇAS ARMADAS

Polícia e Forças Armadas no Governo Bolsonaro

Lucas Pedretti

245

**Consensos em disputa: segurança, defesa e
poder coercitivo na Era Milei**

Fernanda Page Poma

259

SEÇÃO IX – POLÍTICA DE GÊNERO E DIVERSIDADES

As cruzadas contra o gênero no Brasil

Gustavo Gomes da Costa e Carolina Branco de Castro Ferreira

275

**A luta contra a “ideologia de gênero” e a extrema-direita:
o caso de La Libertad Avanza**

Juan Marco Vaggione

287

SEÇÃO X – POLÍTICA EXTERNA

**Política externa bolsonarista: aliança, mimetismo e
emulação diante dos Estados Unidos**

Ghaio Nicodemos Barbosa e Leticia Pinheiro

301

A política externa de Milei e o desacoplamento da América Latina

Alejandro Frenkel

315

SEÇÃO XI – POLÍTICA CIENTÍFICA E UNIVERSITÁRIA

**A política da negação e a negação da política: educação, ciência e
tecnologia no governo Bolsonaro**

Maria Caramenz Carlotto

333

O nilismo anticientífico da extrema-direita na Argentina

Diego Hurtado

345

Sobre os organizadores

357

Sobre os autores

359

A construção das direitas na Argentina e no Brasil: esboço de comparação

Federico M. Rossi

José Szwako

Como compreender a força social e política conquistada pelas direitas em dois países que seguiram trajetórias políticas pós-ditatoriais tão distintas? Se as direitas estão cristalizadas nas figuras de Javier Milei e Jair Bolsonaro, não significa que sua gênese coincida com seus governos. Processos e fatores de médio e longo prazo também estão na raiz da construção de redes, siglas partidárias e políticas radicais à direita. A Argentina tornou-se mundialmente reconhecida por seus movimentos e políticas de memória, verdade e justiça; o Brasil, por sua vez, enfrentou seu passado autoritário de forma mais discreta, por meio de pactos e arranjos. Ao mesmo tempo, a transição brasileira foi lenta e negociada, enquanto o caso argentino viveu um conflito bélico e o afastamento abrupto dos militares. Dado que Brasil e Argentina migraram para a democracia de formas distintas, foram formadas direitas comparativamente mais sólidas no Brasil e menos consolidadas na Argentina¹. Ainda assim, nas últimas décadas, ambos os países chegaram a fenômenos e retóricas que guardam inquietantes semelhanças.

Este livro parte justamente dessas questões para oferecer um mapa comparado das direitas na Argentina e no Brasil. Reunindo especialistas latino-americanos, os capítulos se dedicam a atores, ideias, redes e políticas públicas que moldaram a ascensão da nova direita em ambos os países. Intelectuais, partidos, elites econômicas, Forças Armadas, igrejas, mídias – capítulo a capítulo – mostram como se configuram semelhanças e diferenças entre os dois maiores países da América do Sul.

1 Dentre outros, confira Buarque de Hollanda e Szwako (2026), Chaloub (2025), Bohoslavsky e Morresi (2025), Fernández Milmanda (2025), bem como Lynch e Cassimiro (2022).

Reação à expansão democrática

Se há um elemento central que vincula as direitas de ambos os países, é o fato de elas constituírem uma reação à expansão da arena sociopolítica democrática (Rossi, 2023, p. 69-83). Trata-se de uma resposta conservadora à ampliação de direitos, de políticas sociais e de sujeitos reconhecidos como participantes legítimos do jogo político, processo que se produziu na aliança e nos encaixes com governos progressistas (Rossi; Silva, 2018; Gurza Lavalle *et al.*, 2018). A disputa pela ordem desencadeada pelo kirchnerismo e pelo PT, ainda que de forma moderada, produziu a coordenação de direitas bastante díspares por parte dos tradicionais detentores do poder material e simbólico. Redes e grupos conservadores, ultrarreligiosos, neo-liberais e libertários passaram a articular pontos em comum em torno da construção convergente de um “inimigo” (Luna; Rovira Kaltwasser, 2014; Payne *et al.*, 2023). Isso, por sua vez, tem dado vazão a um projeto político que, embora careça de utopia social compartilhada, não deixa de constituir um programa destrutivo: a reversão sistemática das condições culturais e político-institucionais que tornaram possível a ampliação da arena sociopolítica. É por isso que, neste livro, falamos em direitas, no plural, pois não há unicidade; deparamo-nos, antes, com diferenças nacionais e com heterogeneidades internas ao universo político e ideológico analisado.

Mas a questão fica: haveria um projeto comum às direitas do Brasil e da Argentina? Ainda que os capítulos revelem numerosos paralelismos e semelhanças (algumas inclusive fruto de imitação recíproca), o principal eixo orientador é a busca por estreitar a arena sociopolítica (Rossi, 2023; 2025), de modo a conter a disputa por espaços públicos, oficiais, sociais, culturais e, em menor medida, econômicos, impulsionada pela emergência de mulheres, jovens, indígenas, quilombolas, sem-terra, *piqueteros* e outros atores subalternos em posições cada vez mais centrais. Como os capítulos deste livro demonstram, as formas de estreitamento da arena democrática se expressam em políticas sociais e trabalhistas, em restrições ao pensamento crítico e à ciência, em posicionamentos geopolíticos e em agendas morais.

No entanto, Brasil e Argentina experimentaram a ascensão das direitas ao poder estatal em circunstâncias bastante distintas, o que também explica algumas de suas características específicas. No Brasil, a direita chegou ao poder antes da pandemia de 2020, em um período de relativo

dinamismo econômico e social, em meio a uma onda de protestos e a um golpe de Estado contra Dilma Rousseff (Santos; Szwako, 2016). Isso foi possível graças a um processo gradual e consequente de construção das condições de acesso ao poder por parte de atores políticos, religiosos, militares e sociais. Na Argentina, por outro lado, a direita ascende após o fracasso da centro-direita no governo de Mauricio Macri, no pós-pandemia e em um contexto de hiperinflação que destrói grande parte dos avanços em termos de bem-estar social (Gené; Vommario, 2023; Balsa, 2024). Ainda que passe a governar com traços mais próximos do autoritarismo, a direita argentina chega ao poder por meio de eleições democráticas, impulsionada por um sentido de desespero social. Por isso, nesse país, parece não haver uma construção prévia sólida, e a inorganicidade dessa direita se manifesta em seu modo de se constituir a partir do acesso privilegiado a recursos providos pelo Estado.

No espelho do outro: a importância da comparação

A comparação sistemática entre Argentina e Brasil permite, pela primeira vez, compreender o que há de comum e o que diferencia essas direitas. Comparar com outro país cuja experiência conhecemos menos diretamente, em contraste com o espaço nacional em que vivemos, oferece pistas importantes para discernir entre o que se configura como um projeto global e o que se caracteriza como processos idiossincráticos. Compreender as direitas é, portanto, fundamental para a construção das ferramentas necessárias a uma cidadania ativa na defesa da democracia e de políticas de bem-estar social.

Com o objetivo de orientar a leitura das consistentes análises produzidas por especialistas, e em diálogo entre os dois países ao longo dos capítulos, sugerimos nesta introdução cinco eixos de leitura que podem lançar uma luz inovadora sobre o processo sociopolítico que nos trouxe até o cenário atual. O primeiro eixo é a fabricação da figura do inimigo. O segundo é a disputa pelo passado (entre a celebração do regime autoritário e a tentativa de reescrever uma “memória completa”). O terceiro representa a tensão entre ideologia e pragmatismo na governança dos mandatos de direita. O quarto retrata os distintos modelos de construção de poder (mais ancorados em dinâmicas societais ou mais dependentes de recursos estatais). Por fim, o quinto eixo constitui uma reflexão sobre a economia

política dos esforços das direitas contra a “casta” e o “sistema”, respectivamente, na Argentina e no Brasil.

Fabricação da figura do inimigo

Embora seja possível dizer que a delimitação de fronteiras entre grupos (nós/eles) seja uma operação simbólica constitutiva de qualquer configuração histórica (Elias, 1994), a forma como operam as direitas no Brasil e na Argentina (em consonância e conexão com outras latitudes) nos fala da fabricação simbólica de “inimigos”. “Tem que matar petista” e “*El kirchnerismo es un cáncer que hay que extirpar*” são frases facilmente ouvidas nos palanques, sociabilidades e mídias de direita tanto daqui como de lá. Nas bases, redes e organizações das direitas argentinas e brasileiras, ao contrário do adversário (legítimo) com o qual se convive, toneladas de energia e recursos são investidas para a fabricação de um outro, que deve ser expulso e eliminado da comunidade nacional.

Em ambos os países, a fabricação do inimigo opera como um mecanismo de unificação. Ela fornece uma gramática capaz de conectar economia, moral e política: apelos de “austeridade”, ameaças de uma suposta “guerra cultural” e deslegitimação institucional, de modo a converter frustrações, não raro, difusas em alvos e nomes reconhecíveis. Assim, nossas direitas convergem, primeiramente, na lógica geral de que a direita radical precisa transformar adversários políticos em ameaças político-morais, as quais se caracterizam como inimigas do “povo” ou obstáculos à “liberdade” (Szwako, 2025).

Enquanto, no Brasil, a figura do “povo” tende a operar como aglutinador, essa construção simbólica não ganha a mesma força e investimento na direita argentina. Em boa medida, isso se deve ao fato de que, no Brasil, predomina um neoconservadorismo que sustenta a “questão nacional” em oposição a uma suposta “ameaça vermelha”. Já na Argentina, a força política e histórica do peronismo (em suas ambiguidades e variações internas) englobou e subsumiu as manifestações de esquerda, de modo que estas nunca assumiram papel autônomo discernível na disputa política, ao menos não nos mesmos termos do processo brasileiro pós-redemocratização. Ou seja, a retórica do “povo” foi e segue sendo atributo central do peronismo, que se sustenta sobre essa categoria (Ostiguy, 1997). Por esse motivo, os neoliberais argentinos buscam há décadas superar seu passado autoritário

apoiados no *leitmotiv* da “liberdade” de ação da “gente de bem”. Javier Milei recupera essa retórica em chave libertária (Mauro; Morresi, neste livro). Embora partam de gramáticas diferentes, as direitas de ambos os países compartilham uma concepção estática do que compõe a “ordem nacional”. Nesse sentido, a expansão da arena sociopolítica ocorrida na Argentina e no Brasil colocou em xeque essa “ordem” imaginária, e a busca por reconstituí-la nostalgicamente implicaria extirpar o que a perturba.

Se convergem no alvo, divergem nos seus modos de fabricação do inimigo. Na Argentina, o inimigo é pintado como a “casta”, alegadamente encarnada em “corporações” como o Estado, os sindicatos, as universidades e, sobretudo, no kirchnerismo. Por certo, como tendência prévia, a polarização antikirchnerista já operava como identidade negativa tendo sido retomada por Milei como identidade afirmativa (Gold; Peña, 2019). Já no Brasil, o inimigo é desenhado como uma constelação de mediadores: o “sistema”, a imprensa, as universidades, o Supremo Tribunal Federal, o Partido dos Trabalhadores (PT). Trata-se aqui de um conservadorismo *aggiornado*, de modo que certa herança anticomunista, no enquadramento anti-PT e “anticorrupção”, adquire um léxico declaradamente autoritário, de celebração aberta da violência e de suspeição sobre a própria institucionalidade democrática, nomeadamente, eleições, tribunais e Congresso (Rocha, 2021; Lynch; Cassimiro, 2022).

Terreno privilegiado dessa fabricação são as ciências e as universidades (Szwako, 2025), que viram “inimigos internos” em nome de uma economia moral antiestatal. Na Argentina, o anti-cientificismo do mileísmo se articula a um imaginário de que ciência e tecnologia são luxos financiados por um Estado “parasitado”, ao mesmo tempo que são espaço de pensamento crítico incômodo (Hurtado, neste livro). Daí a estigmatização e o desmonte material como parte de um *reset* neoliberal que elimina capacidades tecnológicas e desorganiza projetos argentinos de desenvolvimento. No Brasil, o ataque bolsonarista opera com outra inflexão, que vai além do corte orçamentário, ao buscar fazer com que o conhecimento seja visto como degeneração (em uma palavra: “doutrinação”), precisamente quando a universidade pública se torna mais inclusiva e socialmente capilar (Carlotto, neste livro).

Outro terreno de produção simbólica de inimigos é, sem dúvida, o gênero e a política sexual, provavelmente a cola simbólica mais eficaz para produzir coalizões amplas e maleáveis (Corrêa, 2018; Kováts; Pöim, 2015).

Argentina e Brasil não só compartilham o enquadramento da “ideologia de gênero”, como estabelecem redes radicais de associativismo entre si e com outros países (Payne *et al.*, 2023). Na gramática de atores conservadores e cristãos – não exclusivamente evangélicos (Reis, neste livro) –, políticas de direitos (por exemplo, de acesso legal ao aborto e de identidade de gênero) são convertidas em uma “imposição totalitária” ou na “corrupção” de crianças e famílias (Giménez Béliveau, neste livro).

Vale recordar que, na Argentina, foram produzidas enormes conquistas sociais da chamada onda feminista, as quais levaram à inclusão de currículos socioafetivos nas escolas em 2006 e à legalização do aborto em 2021. Por isso, a guerra antigênero funciona como articuladora que permite ao mileísmo combinar austeridade neoliberal com restauração moral, transformando em inimigos o feminismo e outras posições progressistas ao unificá-los na categoria pejorativa do “wokismo” (Vaggione, neste livro). A pauta antigênero no Brasil tem uma trajetória societária e institucional mais longa e ganha escala após o impeachment de Rousseff em 2016, estabilizando-se e fortalecendo-se com o bolsonarismo no poder, apesar de seus eventuais contrapesos no Judiciário e no Legislativo brasileiros. Até aquele momento, a oposição aos direitos sexuais e reprodutivos estava concentrada nas arenas religiosa e parlamentar (Gomes da Costa; Ferreira, neste livro). A partir de 2016, pluralizam-se atores e repertórios dessas mobilizações, que passam a articular grupos da nova direita, linguagens laicas e estratégias digitais, convertendo a pauta antigênero em elemento central da reconfiguração e da moralização da política nacional (Szwako; Gurza Lavalle, 2025).

Um terceiro domínio no qual se pode ver essa fabricação do inimigo passa pela segurança, pela ordem pública e pela legitimação do uso arbitrário da força. No governo de Milei, a retórica e a institucionalidade de segurança reconfiguram protestos, movimentos e setores vulneráveis como sinônimo de “terroristas” ou “violentos”, produzindo uma figura de inimigo que justificaria o apelo à disciplina em meio ao ajuste. O dissenso vira, assim, “risco” a uma ordem idealizada, e esta se torna pré-condição (moral) do mercado, recuperando a visão da última ditadura que tinha sido superada com o consenso democrático (Page Poma, neste livro). No Brasil, a especificidade é quicá mais dura: a gramática bolsonarista não se contenta em criminalizar adversários e também reabilita a violência como virtude política, orientada primeiramente contra o “bandido comum” e depois

contra adversários. Assim, os dois países convergem ao aprofundarem e promoverem os processos de autonomização e de politização das forças de segurança, catapultando polícias e militares para dentro dos conflitos institucionais e partidários (Pedretti, neste livro).

A estratégia de polarização das direitas via violência verbal e física busca produzir o retraimento privado de indivíduos e gerações que estavam começando sua socialização política com e devido à expansão da arena sociopolítica. Nesse sentido, o jogo do inimigo “a ser destruído” permitiria recompor a “ordem” por meio do receio de expressar qualquer dissidência. Esses projetos, por ora, mostram seus limites diante da resiliência democrática de grupos organizados na sociedade civil e, simultaneamente, diante da falta de consenso social sobre se a eliminação da diversidade de perspectivas e formas de vida seria o projeto desejável para Argentina e Brasil (Abers; Almeida; von Bülow, 2023; Rebón, 2024; Natalucci, 2026). Como atestam alguns capítulos neste livro, as dissidências expressam-se até mesmo dentro das próprias direitas e entre aliados-chave.

Diante da inexistência de um projeto pactuado para o futuro, a construção do antagonismo nos termos de amigo/inimigo é uma estratégia para viabilizar as próprias direitas, permitindo que elas se unifiquem e contenham suas enormes diferenças internas, com implicações maiores para a democracia. Sem dúvida, a essência do político é o agonismo. No entanto, ele pode se dar de maneiras distintas. Numa situação democrática, o que encontramos é a disputa entre adversários, alguém cujas ideias são combatidas, mas cujo direito a defendê-las não é colocado em questão (Mouffe, 2000). Em contrapartida, nossas direitas compartilham uma característica própria dos projetos autoritários: a negação de que a pluralidade seja legítima, com vistas a criar algum tipo de unidade sustentada na fantasia de uma “ordem nacional”, que, no entanto, permanece incapaz de ocultar a heterogeneidade intrínseca à dinâmica sociopolítica.

As disputas pelo passado

Este último domínio nos remete a outro eixo em que as direitas têm atuado diretamente em ambos os países: as disputas pelos sentidos do passado. Dos dois lados do rio Uruguai, o passado autoritário se tornou um campo intensamente disputado no presente. Não se trata de projetos de “memória”, mas de tecnologias político-subjetivas para redesenhar fontes

de pertencimento, legitimar hierarquias e redefinir o que conta (e o que não deve contar) como “democrático”. Nos dois países, ideais como direitos humanos e multilateralismo vêm sofrendo ataques sistemáticos, perdendo o status relativo de consensos herdados de nossas redemocratizações, para serem lidos como se fossem fraudes ou capturas “esquerdistas”. Nesse diapasão, elementos do repertório autoritário retornam como alternativa “legítima” para crises atuais: ordem, disciplina, punição, “guerra interna”.

Há, porém, diferenças. Na Argentina, onde o “*Nunca Más*” foi um pilar organizador da democracia pós-1983, a disputa tenta deslocar esse consenso apelando para uma “memória completa”. Na busca por justificar as violações aos direitos humanos da ditadura cívico-militar e frear seu julgamento, a direita argentina impulsiona uma agenda revisionista. O que se busca é rediscutir o consenso democrático. No entanto, numa demonstração da marginalidade política desses atores novatos, a agenda revisionista não conta com apoio social: 71% dos argentinos têm uma visão negativa da ditadura, e 70% da população apoia a continuidade dos julgamentos por crimes de lesa-humanidade (Pulsar UBA-CELS, 2026). Essa resiliência da democracia e dos direitos humanos, a despeito da deterioração do bem-estar, impede, por ora, que as direitas argentinas consigam desenvolver abertamente formas autoritárias.

Nos dois países, foi fomentada a autonomização das polícias em relação aos controles civil e democrático. Na Argentina, pela primeira vez, um militar foi nomeado ministro em contexto democrático; e o serviço secreto, autonomizado de controles civis. No Brasil, a disputa tende a ser mais radicalizada. O bolsonarismo fez mais do que promover politicamente as forças de segurança, alçando militares ao núcleo administrativo e político do Estado e incentivando a candidatura de policiais e militares a cargos eletivos. Além disso, o governo Bolsonaro celebrou explicitamente a violência do regime autoritário, reposicionando-o como referência positiva. A virada celebracionista do passado se deu, dentre outras formas, pela inversão do sentido original das comissões oficiais dedicadas à Anistia e aos Mortos e Desaparecidos Políticos, fazendo delas instrumento de legitimação da violência ditatorial (Buarque de Hollanda; Szwako, 2026).

Analogamente, a disputa pelo passado se dá também no âmbito da política externa levada a cabo pelos governos de Bolsonaro e de Milei. Em ambos os casos, o apelo a uma “civilização” imaginada é convocado para definir quem seriam nossas referências históricas e ideológicas. A política

externa de Milei, por exemplo, faz da diplomacia uma performance de ruptura que reorganiza a identidade internacional argentina em torno de um “ocidente” supostamente ameaçado. As tomadas de posição do chanceler de Bolsonaro iam no mesmo caminho: sob a retórica de uma “guerra cultural”, exerceram na prática uma subserviência ideológica largamente desconhecida pela tradição internacionalista brasileira. Em comum, portanto, vê-se um repúdio do passado de curto e médio prazo. Isto é, uma rejeição aos mecanismos, pactos e fóruns vistos como herdeiros de uma ordem “progressista” pós-ditaduras. No lugar do multilateralismo, dos direitos humanos e de agendas de combate ao aquecimento global, vemos duas políticas externas para as quais prudência institucional e inserção cooperativa são tratadas como fraqueza, rendição ou captura “civilizacional”.

O passado aparece também em disputa se olharmos para a posição das forças de segurança em ambos os países. Ao enquadrar o protesto como “terrorismo” e ao ampliar instrumentos coercitivos (inteligência, endurecimento penal etc.), o governo Milei representa uma ruptura com quase meio século de acordos sociais e políticos que estavam na base da democracia argentina e, em especial, a centralidade nela conquistada pelo direito ao protesto (Natalucci, 2025). No Brasil, a tendência é similar: desde o governo de Michel Temer, que substituiu Rousseff no golpe de 2016 (Santos; Szwako, 2016), vêm crescendo os mecanismos institucionais pelos quais a violência e a impunidade policiais podem ser exercidas.

Ainda que com diferenças importantes em seus respectivos graus de letalidade, o passado retorna nos dois países sob a forma do instrumental coercitivo imposto pelas ditaduras, reintroduzindo-o no leque de opções pelo qual o Estado age diante de partes da sociedade tidas como “inimigas”. Esse movimento não é apenas discursivo, pois ao reabilitar práticas e lógicas autoritárias como respostas legítimas ao dissenso, ambos os estilos de governo trazem o risco de deflagrar espirais de violência política que escapam ao controle das próprias forças que as alimentam.

Tensões entre ideologia e pragmatismo na governança

Além dos inimigos e das disputas pelo passado, outro eixo heurístico de interesse na comparação entre os países está na tensão entre ideologia e pragmatismo quanto às políticas de governos de direita. Como padrão, é possível notar que tal tensão tende a ser resolvida em favor da ideologia,

precisamente em áreas em que custos estratégicos e humanos recomendariam maior cautela.

A política científica dá exemplo disso. Tanto na Argentina quanto no Brasil, os ataques ao sistema científico não aparecem como mero efeito de ajuste fiscal, mas como decisões com determinação ideológica. Na Argentina, o desfinanciamento das universidades integra um projeto neoliberal que vê as capacidades científico-tecnológicas como obstáculo a um modelo baseado em financeirização e extrativismo (Hurtado, neste livro). No Brasil, o bolsonarismo também transformou a pesquisa, a universidade e a educação públicas em “inimigos”, associando-as ao “marxismo cultural”. Em ambos os casos, a necessidade pragmática de formar quadros, produzir inovação e ampliar capacidades estatais vem sendo subordinada a um neoliberalismo negacionista que desconsidera instituições de pesquisa como estratégia para o desenvolvimento no capitalismo do conhecimento.

A política externa é ainda mais nítida. Na Argentina, a postura internacional de ruptura performada por Milei abandona continuidades da inserção internacional democrática ao privilegiar alinhamento irrestrito com Estados Unidos e Israel, bem como o rebaixamento da América Latina. Mais do que maximizar barganha ou autonomia, trata-se de performar uma cruzada civilizacional contra o “globalismo” (Frenkel, neste livro). O sionismo que orienta a política externa retoma as “relações carnavais” com os Estados Unidos do governo Carlos Menem em versão radicalizada. No Brasil, vê-se padrão semelhante, pois, sob Bolsonaro, a relação com os Estados Unidos de Trump foi, em geral, de subordinação ideológica, com ganhos concretos limitados para o país (Barnosa; Pinheiro, neste livro). Contra tal tendência, setores mais pragmáticos, tais como militares ou interesses econômicos, impuseram freios parciais à ideologização das tomadas de decisão, em prol de consensos mínimos e cautelas institucionais que pretendem evitar maiores e mais graves consequências para o Brasil.

Como se vê, a primazia ideológica não reina absoluta face a outros atores e interesses. Se olharmos para as políticas de desenvolvimento social e econômico, veremos que a ideologia conservadora desempenha papéis análogos, mas com resultados diferentes, nas respectivas governanças de direita. No caso brasileiro, o governo Bolsonaro incentivou o desmonte de capacidades estatais, muito além de ajustes conjunturais. Exemplos disso podem ser vistos na redução do papel de bancos públicos, bem como no desinvestimento em empresas estratégicas, configurando um movimento

coerente de retração das capacidades de planejamento e coordenação para o desenvolvimento. Em certa medida, isso se deu porque, no contexto da pandemia, a resistência da sociedade civil se concentrou na contraposição ao negacionismo e às consequências sanitárias e sociais, tendo que deixar outras áreas em aberto devido àquele contexto de emergência (Abers; Rossi; von Bülow, 2021).

Já na Argentina, o mileísmo foi forçado a modular suas pretensões radicais de reforma diante da mobilização de atores da oposição e da sociedade civil. Embora tenha prometido a eliminação do Banco Central e privatizações massivas, Milei teve que adequar suas intenções em função de constrangimentos como a sua posição minoritária no Congresso durante metade do mandato, a capacidade de veto e mobilização do movimento sindical e a resistência social provocada pelo ajuste sobre aposentadorias e políticas sociais (Schipani; Berisso; Divizia, neste livro). Pôde reduzir direitos trabalhistas e sociais, eliminar ministérios, áreas sociais e regulações econômicas importantes que favorecem a especulação financeira e a extração de recursos naturais (Fontaneda, 2025), mas as principais medidas foram judicializadas sem aplicação cabal, enquanto outras se encontram num limbo institucional que gera desgoverno. Essa radicalidade ideológica nas ações do mileísmo faz com que os próprios empresários encarem com cautela as reformas promovidas e nem sempre as prefiram, devido ao risco de comprometer a estabilidade social (Castellani; Dossi; Gentile, neste livro). O resultado é menos uma transformação radical da arena sociopolítica e mais uma estratégia adaptativa, na qual o objetivo ideológico de debilitar as capacidades estatais continua orientando as prioridades governamentais.

Assim, tanto no Brasil como na Argentina, a ideologia se traduziu em esforços e processos de desmonte institucional. Na Argentina, prevalece uma situação de ineficiência institucional decorrente da fragmentação de reformas múltiplas e simultâneas sem planejamento adequado, revelando uma fragilidade maior do Estado para assegurar alguma governabilidade diante de uma deterioração social abrupta. No Brasil, o desmonte seguiu outra lógica: menos caótica e mais deliberada. Operou por dentro das instituições, notadamente, mas não exclusivamente, nas áreas de saúde, educação e meio ambiente (Faria; Lima, 2024; Lotta, Silveira; Peria, 2025), esvaziando capacidades estatais de forma orientada, sobretudo, no enfraquecimento de bancos públicos e no desinvestimento em empresas estratégicas (Feil, neste livro). É importante, porém, notar que, como o processo

de mileísmo está em andamento, é possível que seu projeto de redução das capacidades do Estado ainda não tenha sido totalmente concretizado.

Distintas vias de construção de poder

Se as direitas convergem em suas estratégias de fabricação de inimigos, nas disputas pelo passado e na predominância da ideologia sobre o pragmatismo em questões de governança, padrões distintos emergem quando observamos como as forças de direita se projetaram e lograram a fim de se constituírem como forças centrais nos respectivos cenários nacionais. No caso brasileiro, as direitas radicais não emergiram primeiro como projeto estatal ou partidário, mas como articulação progressiva entre redes religiosas, sociabilidades e moralidades públicas, com uma reorganização posterior da oferta partidária. Muito antes de se cristalizarem sob a forma *partido*, as direitas brasileiras já se apoiavam na ampla capilaridade organizacional construída, pelo menos desde os anos 1980, por inúmeros atores e discursos (Pierucci, 1987). Assim, são diversas as correntes e raízes sociais que, na virada para os 2010, viriam a confluir em direitas radicalizadas e também política e publicamente relevantes.

Uma dessas raízes está no contrapúblico intelectual e na sociedade civil constituídos por *think tanks* ultraliberais, editoras, blogs, cursos e circuitos de sociabilidade que, ao longo dos 1990, produziram linguagens políticas próprias e narrativas de declínio nacional (Rocha, 2021). Nesse ambiente, figuras como Olavo de Carvalho (Wink, 2023), mas não só ele, tiveram papel central ao oferecerem diagnósticos sobre a sociedade e forjarem repertórios de crítica às instituições democráticas e, em especial, a uma suposta hegemonia cultural “esquerdista” (Chaloub; Cassimiro, neste livro). Parte importante de toda essa energia conservadora desaguou no ciclo massivo de confrontos de junho de 2013, quando milhões de brasileiros e brasileiras saíram em protesto nas ruas (Alonso, 2023). Ao lado de personagens de perfil progressista ou disruptivo, como grupos socialistas, autonomistas e *black blocs*, organizações conservadoras vieram a público trazer seu descontentamento, engrossando o coro antigoverno e anti-PT por meio do slogan “Olavo tem razão”, ressoando uma máxima do fascismo italiano.

Na Argentina, a intelectualidade de direita no período pós-transição tem ocupado posição marginal, restringindo-se a tecnocratas e economistas (Bohoslavsky; Morresi, 2025). Essa lacuna é parcialmente preenchida,

no final da década de 2010, por Agustín Laje e alguns poucos pensadores que desenvolvem um tomismo clássico em chave beligerante (Saferstein, neste livro). A produção argentina, bastante escassa, passa a se nutrir dos debates falangistas espanhóis e de outras tradições conservadoras e do *Opus Dei*, noções que colidem com a visão libertária e sionista de Milei. Diante da ausência de uma síntese capaz de unificar essas perspectivas, a Argentina chama atenção pelo papel relativamente periférico que a intelectualidade de direita ocupa se contrastada com a centralidade que essa mesma tradição assumiu no cenário cultural e político brasileiro.

Outro conjunto de atores organizados no bojo da sociedade civil brasileira são aqueles de raiz religiosa. Primeiramente, desde o Estado Novo (1937-1945), a hegemonia católica se imprimiu em diversas áreas como a saúde e a educação e, em especial, na assistência social. Tal posição hegemônica, no entanto, tem sido desafiada e deslocada desde os anos 1980 com a ascensão pública e paulatina das denominações evangélicas, ancoradas na vertebração de redes denominacionais, templos e circuitos de sociabilidade e cuidado largamente disseminados pelo território. Tal enraizamento societal forneceu, assim, uma densa base organizacional a partir da qual pautas morais e visões de mundo puderam circular e se consolidar, antes mesmo de sua tradução eleitoral.

Na Argentina, embora as direitas também apresentem uma longa história, elas não lograram desenvolver uma coordenação política independente (Bohoslavsky, 2023). Associadas à última ditadura militar, resumiram-se a alguns *think tanks* e à disputa pelo senso comum com apoio midiático. Nunca chegaram a desenvolver a forma *partido* com êxito, em razão da capacidade do peronismo e do radicalismo de absorver, por cima e por baixo, pela direita e pela esquerda, as mais diversas opções políticas (Ostiguy, 1997); o que, por décadas, neutralizou alternativas independentes. A União Cívica Radical (UCR), na transição democrática dos anos 1980, posicionou-se pela primeira vez como uma social-democracia; ao retornar ao poder nos anos 2000, recuperou sua posição tradicional de centro e, desde a crise de 2001, foi se configurando progressivamente como um partido oligárquico do interior rural argentino.

No caso do peronismo, desde a transição ele governa, primeiro em aliança com setores neoliberais e depois com aqueles que resistiram a essas mesmas reformas a partir da esquerda. Durante o governo Menem, o peronismo impulsionou as reformas de mercado mais radicais até a chegada

de Milei ao poder. Porém, após Menem, o peronismo retornou ao governo com Kirchner em aliança com os setores de centro-esquerda que se opuseram ao neoliberalismo, realizando reformas progressistas. Tal capacidade do peronismo de ser simultaneamente de direita e de esquerda obstruiu projetos de direita com base nos setores populares.

Seguindo Bohoslavsky e Morresi (2025), pode-se afirmar que, diante de um cenário eleitoral fechado para terceiras forças até a crise de 2001, a União de Centro Democrático (UCeDé) foi a força que mais avançou no campo neoliberal; ainda que se tenha diluído, nos anos 1990, dentro do governo Menem para impulsionar as reformas inconclusas da ditadura. O mesmo ocorreu com o projeto nacionalista peronista do Movimento pela Dignidade e a Independência (MODIN), partido organizado por ex-militares golpistas (Payne, 2000). Somente com a experiência de centro-direita de Macri com Proposta Republicana (PRO) constitui-se um partido não peronista de direita capaz de chegar ao governo. O fracasso do PRO, reconhecido até por membros do próprio governo, levou parte de seus quadros a radicalizar-se e a impulsionar a alternativa libertária, como no caso de Patricia Bullrich, a ala mais à direita do próprio PRO (Gené; Vommaro, 2023).

A Liberdade Avança (LLA), contudo, não dispunha de uma base sobre a qual se desenvolver, uma vez que UCeDé, MODIN e PRO jamais foram partidos de base territorial com militância massiva, tal como o peronismo e o radicalismo. Por isso, o partido de Milei não passou de uma aliança eleitoral. Já no governo, como estamos argumentando, é a partir dos recursos do Estado que ele tenta construir um partido político de alcance nacional.

Inflexões críticas

Por certo, todo esse conjunto de atores e redes capilarizadas na sociedade civil não esteve desligado de interações com atores e partidos do sistema político de ambos os países. No Brasil, duas inflexões no âmbito político foram centrais na aglutinação da direita com uma feição mais propriamente delineada. A primeira delas se deu com o anúncio de uma Comissão Nacional da Verdade (CNV), durante o segundo mandato de Lula, em 2009. Naquele contexto, a promessa de que seriam elucidados os fatos e responsáveis pela violência ditatorial disparou uma forte reação não

só na oposição, mas também nas Forças Armadas (Buarque de Hollanda; Szwako, 2026). Foi, sobretudo, a partir da institucionalização da própria CNV que Bolsonaro ganhou outro patamar e maior projeção na cena nacional como a encarnação da reação brasileira.

Outra inflexão de peso se dá com a contestação da vitória eleitoral de Dilma Rousseff em 2014. Depois de décadas disputando a Presidência com o PT, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) questionou os resultados da eleição presidencial, inflamando suas bases de apoio que saíram às ruas em protesto. O PSDB só não contava com o acúmulo prévio de recursos, energia e capacidade organizacional condensado na sociedade civil, mas que estava longe dos braços do PT e também dos partidos à sua esquerda. Os protestos massivos de 2013 foram o prelúdio do ciclo golpista de 2016 (Tatagiba; Carvalho, neste livro).

A reconfiguração do conflito político com a formação de uma direita não democrática fez mais do que derrubar Dilma (Testa, neste livro). Ela acabou virtualmente expulsando o próprio PSDB das legendas competitivas, estiolando a centro-direita brasileira e consagrando uma direita radicalizada ao redor da figura de Bolsonaro, cujas raízes sociais remetem, entretanto, a processos anteriores e paralelos a ele.

No meio desse processo, foi singular a posição das lideranças parlamentares evangélicas que operaram uma contrarrevolução nas bases de apoio aos governos do PT. Talvez o exemplo mais emblemático disso tenha sido o caso do Partido Republicano Brasileiro (atual Republicanos), legenda ligada à Igreja Universal do Reino de Deus que, embora compusesse por longo tempo a base governista, abandonou o barco pouco mais de um mês antes da consumação do golpe de 2016. Assim, longe de espelhar uma suposta representação fixa (essencialmente “conservadora”, por ser “evangélica”), as lideranças cristãs engrossaram as fileiras anti-Dilma não só ao perceberem que sua cassação era um caminho sem volta, mas também como reação à ampliação de políticas de gênero contrárias às suas demandas e às de suas bases na sociedade civil, organizadas em torno de um modelo excludente de família (Szwako; Sivori, 2021).

Na Argentina, o kirchnerismo impulsionou quatro reformas que foram favorecendo uma gradual coordenação entre grupos de direita, sem que estes, contudo, conseguissem unir mais do que sua rejeição ao governo. A primeira foi a revogação dos indultos aos militares implicados em violações aos direitos humanos durante a última ditadura, o que levou à

aplicação efetiva das demandas do movimento pelos direitos humanos por meio dos julgamentos pela verdade (Salvi; Messina, 2024). Essa política ativou a resistência de familiares de militares (alguns, sob a liderança da hoje vice-presidente Victoria Villarruel, filha de um militar que coordenou a revolta golpista de 1989 contra Alfonsín) e o revisionismo que o mileísmo hoje impulsiona a partir do Estado.

A segunda se refere às políticas massivas de construção segmentada de uma renda cidadã para os setores vulneráveis, aos amplos programas de habitação e à participação dos piqueteros na definição das políticas sociais (Neffa, 2008; Perelmiter, 2016; Garay, 2016; Rossi, 2017). Com isso, foi sendo gerada uma rejeição de alguns setores ao que se interpretou como um assistencialismo impeditivo da “meritocracia” (Semán, 2023), fazendo com que, hoje, as políticas sociais sejam escassas e direcionadas por grupos religiosos ou empresariais, sem capacidade de articular as necessidades sociais.

A terceira foi o enorme impulso ao questionamento dos papéis tradicionais com a onda feminista e sua agenda, em particular a legalização do aborto (Díez, 2023; Friedman; Rodríguez Gustá, 2023). Isso produziu uma crescente confluência entre católicos e evangélicos na resistência “moral” à modernização da sociedade (Béliveau, neste livro).

A quarta, por fim, foi a tentativa (frustrada) de transferir recursos do setor agroexportador para a conformação de um esquema que tornasse sustentável, no longo prazo, a gradual expansão de direitos e as políticas socioeconômicas necessárias para gerar bem-estar. O momento mais conturbado dessa disputa ocorreu durante o prolongado *lock-out* e os protestos dos produtores agrícolas em 2008 contra o aumento de uma taxa de exportação de grãos. Isso produziu uma polarização entre os defensores do kirchnerismo e o agronegócio em aliança com setores urbanos, que juntos buscaram impedir uma modificação do modelo de desenvolvimento. A derrota do governo tornou cada vez mais difícil garantir a viabilidade econômica do projeto do kirchnerismo (Rossi, 2017; Mangonnet; Murillo, 2020).

Diante de tantas transformações, foram se configurando reações com diversos graus de coordenação, até que essas finalmente conseguiram confluir na defesa de um ideal de “liberdade”, a qual foi supostamente restringida pelo Estado durante a pandemia. Para a construção do argumento da “liberdade perdida”, foram cruciais as medidas de isolamento social e limitação à circulação impostas com grande intensidade e por quase dois

anos durante o governo peronista de Alberto Fernández (Abers; Rossi; von Bülow, 2021). O sofrimento emocional e econômico da pandemia (Semán, 2023) produziu também protestos que conectaram diversos atores – fenômeno que só voltaria a acontecer diante da resistência à legalização do aborto no mesmo período (Gold; Peña, 2019). Ainda assim, não chegou a se consumar uma união entre setores nacionalistas, liberais e conservadores em torno de um projeto comum de sociedade.

Sem horizonte adiante, o alvo passa a ser uma “ordem nacional” à qual se deveria retornar. No ideário mileísta, trata-se daquela Argentina historicamente idealizada pelas direitas: a do período oligárquico que governou entre 1860 e 1910, antes da democratização e da criação de políticas de inclusão social. Essa nostalgia por um Estado mínimo e uma globalização controlada pelo comércio atlântico é uma mera ilusão que não constitui projeto algum para o futuro, dada sua desconexão com as transformações que os demais países levam adiante no século XXI. Ainda assim, consegue ligar-se a utopias tecnocráticas neoliberais e aos projetos totalitários dos magnatas do Vale do Silício no desejo de constituir uma sociedade de indivíduos atomizados. É por isso que o mileísmo se vê diante da impossibilidade de coligar-se em um projeto comum com as direitas nacionalistas, católicas ou fascistas clássicas, todas elas de tom corporativo, tomista ou coletivista e opostas ao individualismo extremo libertário.

Para as direitas argentinas, a ausência de um ciclo massivo de mobilizações e da articulação de setores em torno de algum projeto se traduz no empreendedorismo de um *outsider* comentarista televisivo financiado por setores empresariais radicalizados. Ainda que não seja a primeira vez que um economista ultraliberal ocupa espaços centrais na televisão argentina para disputar o senso comum econômico, no caso de Milei, esse fenômeno emerge em um mundo midiático já polarizado entre o kirchnerismo e o antikirchnerismo. A partir daí, os meios de comunicação exercem um papel legitimador da radicalidade de direita de Milei, sendo a televisão, mais do que as redes sociais, parte central da construção de seu poder (Kitzberger; Schuliaquer, neste livro). Não se trata de ignorar, por certo, que as frustrações acumuladas por dinâmicas de pauperização, recessão e inflação foram determinantes para que se desse a oportunidade de governar a quem não tinha experiência política prévia (Semán, 2023). Mas, como demonstra este livro, sem a compra de espaços midiáticos e sem a complacência do jornalismo televisivo, o discurso de Milei não teria encontrado eco. No Brasil, o

processo foi análogo, pois a ruptura com a esfera comunicacional se deu pelo hibridismo entre plataformas digitais e os canais tradicionais da mídia, à exceção da Rede Globo e em oposição a ela (Feres Jr., neste livro).

É assim, então, que Milei segue sustentando-se no personagem disruptivo que, midiaticamente, lhe permitiu chegar ao poder sem alianças partidárias de relevo, ao invés de construir algum partido capaz de dar corpo ao ideário libertário. Uma vez no governo, os mais diversos setores de direita se aproximaram e disputam a possibilidade de imprimir algum matiz que permita constituir uma identidade de longo prazo, graças ao acesso aos recursos que lhes provê o mesmo Estado que tanto depreciam.

Vista em conjunto – a mobilização cristã, *think tanks*, meios de comunicação e intelectuais e o apoio discreto do mercado (Mancuso; Horochovski, neste livro) –, essa série de elementos sugere que, no contraste com o caso argentino que está sendo paradoxalmente forjado desde a estatalidade, a atual direita brasileira se fortaleceu por via societal: antes de se estabilizar no Estado, ela se enraizou em circuitos de formação moral, no mercado e sociedade civil, que lhe deram capilaridade, permanência e capacidade de conversão posterior em força nas ruas, nos votos e também nas políticas.

Economia política da “casta” e o “sistema”

Se as trajetórias políticas de Argentina e Brasil apresentam tanto convergências como divergências, seus padrões de estruturação socioeconômica são inversos. Isso também entra nas equações para entender as direitas: a economia política inerente aos respectivos governos em suas entregas e limitações.

Ao contrário do que se tende a imaginar, a redemocratização brasileira produziu, entre 1988 e 2014, uma das mais notáveis experiências de construção de *welfare* do mundo em desenvolvimento. Sustentado pela autoridade política durável dos governos do PSDB e do PT, esse processo revelou uma trajetória de notável continuidade institucional, na qual cada governo aprofundou o legado do anterior, a despeito das diferenças programáticas que separavam os dois partidos. Os resultados acumulados foram eloquentes: enquanto a pobreza relativa caiu de 26% para quase 20% da população, o salário mínimo real acumulou valorização superior a 110% em duas décadas (Arretche *et al.*, 2021). Esse conjunto de transformações não

se limitou à redistribuição de renda, abrangendo a universalização progressiva do acesso à saúde; a expansão da oferta pública de educação; a criação de um sistema nacional de assistência social e um programa massivo de habitação popular (Arretche *et al.*, 2021).

Trata-se, como se nota, de um *welfare* inovador e incrementalmente renovado, em relação ao qual as direitas passaram, total ou parcialmente, a se opor. Mas não apenas elas, pois partes das classes médias se sentiram ameaçadas seja pela redução das desigualdades, seja pelos riscos da sua perda, sem que, contudo, estivessem dispostas a abrir mão das conquistas de que também eram beneficiárias, produzindo a ambivalência politicamente explosiva sentida e ressentida desde 2013; quando, não por acaso, a popularidade de Dilma desabou².

A Argentina, por sua vez, inicia a própria transição com uma crise econômica que se estende por vários anos e retorna após padrões de melhoria social parcial que jamais recuperam os baixos níveis de pobreza e desigualdade de 1973 (Banco Mundial, 2024, p. 17, 19). Embora o kirchnerismo represente o maior período de construção de bem-estar em meio século, sendo o país da América Latina que mais reduziu a desigualdade de renda na década de 2000 (Lustig *et al.*, 2023), ele não logra constituir um modelo sustentável, que acaba por colapsar e favorecer a emergência da direita com a reiteração de fórmulas já aplicadas³. A população argentina, progressivamente pauperizada, foi perdendo as esperanças de um futuro melhor (Hernández; Zarazaga, 2024), levando-a a forjar estratégias alternativas de

2 É significativo que junho de 2013 tenha sido inicialmente disparado por uma crítica vinda da própria esquerda autonomista aos limites das políticas sociais (especificamente, às tarifas de transporte), o que revela que a insatisfação com a reconfiguração do *welfare* no país não era monopólio da direita. Com efeito, essa insatisfação foi compartilhada entre campos antipetistas, tanto à esquerda como à direita do governo (Alonso, 2023), reforçando a ambivalência das classes médias. Pista quantitativa desse caldo político pode ser vista na popularidade de Dilma, que, entre março e fim de junho de 2013, despencou 27 pontos percentuais (Popularidade [...], 2013).

3 Fontes: World Development Indicators do Banco Mundial (<https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=NV.IND.MANF.ZS&country=ARG#>); FUNDAR com base em Banco Mundial e a Organização Internacional do Trabalho (<https://argendata.fund.ar/topico/informalidad-y-desempleo/>); CEPED-UBA e CIPPEC com base em Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC) (<https://www.cippec.org/publicacion/el-desafio-de-la-pobreza-en-la-argentina/> e https://biblioteca.clacso.edu.ar/Argentina/ceped-uba/20161207020802/pdf_503.pdf) e FUNDAR com base em INDEC (<https://argendata.fund.ar/topico/inflacion/>), entre outras.

sobrevivência e abrindo portas para novas identidades políticas e religiosas de direita (Béliveau, neste livro; Spataro; Vázquez, neste livro).

Essa diferença é central para que, na Argentina, a resposta eleitoral seja um desesperado recurso a *outsiders* políticos diante de uma nova crise hiperinflacionária (211% em 2023) após quase uma década de recessão; ao passo que, no Brasil, seja a construção paulatina de uma coalizão social preparada para dar um golpe parlamentar.

Contudo, como já dissemos, nos dois casos, houve uma expansão da arena sociopolítica, que pôs em questão várias formas de exclusão histórica e pública. A ampliação de esferas a novos atores, as políticas de reconhecimento e as políticas redistributivas ou paliativas implicaram um custo tributário e uma crescente centralidade política dos perdedores do modelo de desenvolvimento não tolerado pelas elites.

Foi nesse quadro que emergiu a retórica contra o “sistema” e contra a “casta”, de Bolsonaro e de Milei, respectivamente. De forma simplista, essas pareceriam emular formas fascistas dos anos 1920, quando foi colocada em questão uma ordem liberal excludente. No entanto, essa assimilação das direitas atuais ao fascismo pretérito soa reducionista, uma vez que nenhum dos dois representa uma reprodução do processo europeu (e seus equivalentes latino-americanos da época)⁴. Seria, mais precisamente, o contrário: não se trata de buscar substituir uma ordem liberal ou neoliberal, mas de defendê-la em sua versão mais extrema, em face do questionamento (parcial) por ela sofrido por meio daquela ampliação sociopolítica a grupos subalternos e a institucionalização de suas lutas em políticas sociais (Rossi, 2023).

Ainda assim, faz pleno sentido que a promessa de lutar contra a “casta”, em um contexto de frustração social, tenha sido atraente e decisiva para o apoio de setores que perderam as esperanças de conquistar um futuro melhor. No Brasil, combinada à ideologia meritocrática que penetrou ambas as sociedades, a rejeição ao “sistema” pretende criar discursivamente um Estado que é sinônimo de “corrupção” e “ineficiência”, ou visto como empecilho ao “livre-arbítrio” e às realizações individuais.

Entretanto, para além das ênfases retóricas em cada país, nem a direita argentina nem a brasileira governam contra o “sistema” ou a “casta”. Quando se examinam em detalhe suas políticas econômicas, sociais,

4 Para uma interessante comparação entre as direitas da Europa e da América Latina, ver: Rovira Kaltwasser (2023).

culturais e de segurança, como se vê nos capítulos deste livro, os governos de Milei e de Bolsonaro foram e são orientados pela “casta” e para o “sistema”, compartilhando políticas neoliberais tradicionais em sua versão radicalizada. São, assim, o justo oposto daquilo que alegam, pois encarnam a defesa da “casta” dos vencedores do modelo de desenvolvimento neoliberal tardio e, portanto, do “sistema” dominante. É no exercício dessa defesa radicalizada de uma ordem já modificada, tanto por questionamentos subalternos locais quanto por transformações geopolíticas, que as direitas no governo tentam e, não raro, logram diluir as capacidades estatais para que os poderes factuais (econômicos, religiosos, militares, entre outros) fiquem sujeitos a menos controles, minando assim os frágeis alicerces de democracias e de seus (mais longevos ou recentes) aparelhos e políticas de bem-estar.

Democracia, direitas e cenários

Ambas as transições para a democracia configuraram direitas fortes no Brasil e fracas na Argentina. No entanto, nos dois casos, elas acabaram contornando sua fragmentação e suas diferenças internas ao não procurarem construir uma proposta de sociedade. O que buscaram, em contrapartida, foi coordenar uma reação à expansão da arena sociopolítica que conferiu direitos e politizou sujeitos subalternos que questionaram (e às vezes alteraram) alguns privilégios. Nesse nó comum, os cinco eixos analisados atravessam as direitas da Argentina e do Brasil.

No Brasil, a direita chega ao poder por meio de um golpe e tentou, em 2023, realizar outro. Na Argentina, chega por eleições livres, mas governa de forma autocrática. Tentarão as direitas novos golpes caso percam as eleições? É possível haver uma disputa política pacífica com atores que se utilizam da democracia enquanto não conseguem substituí-la por um cenário político autoritário?

Os recentes debates sobre a convivência de modos de governar oligárquicos e democráticos oferecem uma chave de análise sobre a direção que as direitas buscam consolidar (Winters, 2011; Foweraker, 2021; Cameron; Rossi, 2025). Não é alarmismo fútil considerar a potencialidade do retorno autoritário na Argentina e no Brasil, uma vez que o fomento de formas autocráticas, sejam elas oligárquicas, ditatoriais, fascistas ou plutocráticas, é a característica que define o projeto comum das direitas em todo

o continente ao longo da maior parte de sua história (Bohoslavsky, 2023; Payne *et al.*, 2023). Por isso, pensar o presente nessa chave nos permite ampliar a perspectiva para além de uma forma dicotômica de regime, democracia versus autoritarismo. Podemos perceber, como os capítulos demonstram com rigor, que certas ideias, em redes de atores concretos, promovem políticas e reformulações geopolíticas que implicam uma crescente captura do aparato estatal pelas elites econômicas, religiosas e militares.

Embora, como argumentamos, não haja um projeto da direita propositivo claro para o futuro, o que há é algo também eficaz: um programa negativo de desmonte, cuja coerência não está na utopia que propõe, mas na ordem que busca restaurar, desfazendo conquistas, desorganizando políticas e capacidades, e almejando o crescimento de modos de governar oligárquicos (Cameron, 2020). Com isso, referimo-nos ao projeto de certas elites econômicas, frequentemente vinculadas a interesses externos, de capturar o Estado para moldar as instituições e converter a representação política em mecanismo de reprodução do poder. Quando riqueza e poder se concentram de forma extrema, a plutocracia passa a substituir a democracia (Rossi, 2025). Na Argentina e no Brasil, as direitas tentam sistematicamente essa fusão de esferas econômicas e políticas, ao passo que setores organizados da cidadania se articulam para reagir e resistir por meio das próprias contradições e fragilidades internas aos projetos em disputa. Esperamos que as temáticas centrais analisadas neste livro possam auxiliar a participação de cidadanias engajadas na defesa e na expansão da democracia com bem-estar social.

Referências

ABERS, R. N.; ALMEIDA, D. C. R. de; von BÜLOW, M. (ed.). *A disputa pela democracia no Brasil: ativismo em contextos turbulentos*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2023.

ABERS, R. N.; ROSSI, F. M.; von BÜLOW, M. State–Society Relations in Uncertain Times: Social Movement Strategies, Ideational Contestation and the Pandemic in Brazil and Argentina. *International Political Science Review*, v. 42, n. 3, p. 333-349, 2021.

ALONSO, A. *Treze: a política de rua de Lula a Dilma*. São Paulo: Cia das Letras, 2023.

ARRETCHE, M.; MARQUES, E.; FARIA, C. P. Introdução. In: ARRETCHE, M.; MARQUES, E.; FARIA, C. P. (org.). *As políticas da política: desigualdades e inclusão nos governos do PSDB e do PT*. São Paulo: Unesp, 2021.

BALSA, J. *¿Por qué ganó Milei?: disputas por la hegemonía y la ideología en Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2024.

BANCO MUNDIAL. *Las trampas de la pobreza en Argentina*. Washington, DC: Banco Mundial, 2024.

BOHOSLAVSKY, E. *Historia mínima de las derechas latinoamericanas*. Buenos Aires: Prometeo – El Colegio de México, 2023.

BOHOSLAVSKY, E.; MORRESI, S. *Historia de las derechas en Argentina: de fines del siglo XIX a Milei*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2025.

BUARQUE DE HOLLANDA, C.; SZWAKO, J. *Disputed Pasts: forgetting and remembering the dictatorship in Brazil*. Austin: University of Texas Press, 2026.

CAMERON, M. A. The return of oligarchy?: threats to representative democracy in Latin America. *Third World Quarterly*, v. 42, n. 4, p. 775-792, 2020.

CAMERON, M. A.; ROSSI, F. M. Revolution and Republic: Oligarchic Regimes and Struggles for Citizenship. *LASA Forum*, v. 56, n. 4, 2025. Disponível em: <https://forum.lasaweb.org/articles/56-4/revolution-and-republic-oligarchic-regimes-and-struggles-for-citizenship/>. Acesso em: 24 ago. 2026.

CHALOUB, J. A crise como rotina: representações da Nova República e Democracia no Brasil. In: BALLESTRIN, L.; MIGUEL, L. F. *Democracias em crise, teorias em transe*. Belo Horizonte: Autêntica, 2025. p. 41-58.

CORRÊA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, n. 53, 2018.

DÍEZ, J. Lesbian and Gay Social Movements in Latin America. In: ROSSI, Federico M. (ed.). *The Oxford Handbook of Latin American Social Movements*. Oxford: Oxford University Press, 2023. p. 406-421.

ELIAS, N. *A Sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARIA, C. P.; LIMA, L. (org.). *As políticas públicas do governo Bolsonaro: desmonte, resiliência e refundação*. Porto Alegre: Jacarta Produções, 2024.

FERNÁNDEZ MILMANDA, B. *Agrarian Elites and Democracy in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press. 2025.

FONTANEDA, T. P. Estabilizar sin gradualismo: política fiscal y monetaria bajo el plan Milei. *International Review of Economic Policy-Revista Internacional de Política Económica* v. 7. n. 2, p. 38-57, 2025.

POWERAKER, J. *Oligarchy in the Americas: Comparing Oligarchic Rule in Latin America and the United States*. Cham: Palgrave-Macmillan, 2021.

FRIEDMAN, E. J.; RODRÍGUEZ GUSTÁ, A. L. “El viento arrollador”: la irrupción de las jóvenes en la protesta del Ni Una Menos de Argentina. *Perfiles Latinoamericanos*, v. 31, n. 61, 2023.

GARAY, C. *Social Policy Expansion in Latin America*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2016.

GENÉ, M.; VOMMARO, G. *El sueño intacto de la centroderecha y sus dilemas después de haber gobernado y fracasado*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2023.

GOLD, T.; PEÑA, A. M. Protests, Signaling, and Elections: Conceptualizing Opposition-Movement Interactions during Argentina’s Anti-Government Protests (2012-2013). *Social Movement Studies*, v. 18, n. 3, p. 324-45, 2019.

GURZA LAVALLE, A. et al. (org.). *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. EdUERJ: Rio de Janeiro, 2018.

HERNÁNDEZ, D.; ZARAZAGA, R. *La narrativa rota del ascenso social: un estudio sobre las expectativas de los jóvenes de barrios populares*. Buenos Aires: CIAS; Fundar, 2024.

KOVATS, E.; PŐIM, M. *Gender as Symbolic Glue*. Budapest: Foundation for European Progressive Studies, 2015.

LOTTA, G.; SILVEIRA, M.; PERIA, P. Reconstrução do estado administrativo. In: KERCHE, F.; MARONA, M. (org.). *Governo Lula 3: reconstrução democrática e impasses políticos*. Autêntica: Belo Horizonte, 2025. p. 181-190.

LUNA, J. P.; ROVIRA KALTWASSER, C. *The Resilience of the Latin American Right*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014.

LUSTIG, N.; MARTINEZ-PABON, V.; NEIDHÖFER, G.; TOMMASI, M. Short and Long-Run Distributional Impacts of COVID-19 in Latin America. *Economía*, v. 22, n. 1, p. 96-116, 2023.

LYNCH, C.; CASSIMIRO, P. H. *O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo*. São Paulo: Contracorrente, 2022.

MANGONNET, J.; MURILLO, M. V. Protests of Abundance: Distributive Conflict Over Agricultural Rents During the Commodities Boom in Argentina, 2003–2013, *Comparative Political Studies*, v. 53, n. 8, p. 1223-1258, 2020.

MOUFFE, C. *The Democratic Paradox*. Londres: Verso, 2000.

NATALUCCI, A. “Liberar la calle”: criminalización y represión de la protesta en la Argentina libertaria. *Íconos – Revista de Ciencias Sociales*, n. 84, p. 103-122, 2026.

NEFFA, J. *Desempleo, pobreza y políticas públicas: fortalezas y debilidades del Plan Jefes y Jefas de Hogar Desocupados*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008.

OSTIGUY, P. (1997), Peronismo y antiperonismo: bases socioculturales de la identidad política en la Argentina. *Revista de Ciencias Sociales*, v. 6, sept. 1997, p. 133-214.

PAYNE, L. A. *Uncivil Movements: the armed right wing and democracy in Latin America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2000.

PAYNE, L. A.; ZULVER, J.; ESCOFFIER, S. (ed.). *The Right against Rights in Latin America*. Oxford: Oxford University Press, 2023.

PERELMITER, L. *Burocracia plebeya: la trastienda de la asistencia social en el Estado argentino*. San Martín: UNSAM Edita, 2016.

PIERUCCI, A. F. As bases da nova direita. *Novos Estudos Cebrap*, n. 19, 1987.

POPULARIDADE de Dilma cai 27 pontos após protestos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 29 jun. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>. Acesso em: 24 ago. 2026.

PULSAR UBA-CELS. Miradas retrospectivas sobre la dictadura argentina: 50 años después, mar. 2026. Disponível em: <https://pulsar.uba.ar/dictadura-argentina-50-anos-despues/>. Acesso em: 24 ago. 2026.

REBÓN, J. O início da resistência ao governo de Milei. *Global Dialogue*, v. 14, n. 2, p. 37-38, 2024.

ROCHA, C. *Menos Marx, mais Mises*: o liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.

ROSSI, F. M. *The Poor's Struggle for Political Incorporation*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2017.

ROSSI, F. M. *Movimientos sociales y democracia*. México: Instituto Nacional Electoral, 2023. Disponível em: <https://ine.mx/wp-content/uploads/2023/11/democracia-y-movimientos-sociales.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2026.

ROSSI, F. M. Movimientos populares frente a la oligarquización plutocrática. *LASA Forum*, v. 56, n. 4, 2025. Disponível em: <https://forum.lasaweb.org/articles/56-4/movimientos-populares-frente-a-la-oligarquizacion-plutocratica/>. Acesso em: 24 ago. 2026.

ROSSI, F. M.; SILVA, E. Reshaping the Political Arena in Latin America. In: SILVA, E.; ROSSI, F. M. (org.). *Reshaping the Political Arena in Latin America: from resisting neoliberalism to the second incorporation*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2018. p. 3-20.

ROVIRA KALTWASSER, C. *The Far-Right in Latin America: definitions and explanations*. Lima: Friedrich Ebert Stiftung, 2023.

SALVI, V.; MESSINA, L. Reconfiguraciones memoriales sobre el terrorismo de Estado durante los años de ascenso de las derechas en Argentina (2008-2019). *Política y Sociedad*, v. 6, n. 1, 2024.

SANTOS, F.; SZWAKO, J. Da ruptura à reconstrução democrática no Brasil. *Saúde em Debate*, v. 40, p. 114-122, 2016.

SEMÁN, P. (ed.). *Está entre nosotros: ¿de dónde sale y hasta dónde puede llegar la extrema derecha que no vimos venir?* Buenos Aires: Siglo XXI, 2023.

SZWAKO, J. *Negacionismos & extrema-direita*. Rio de Janeiro: Telha, 2025.

SZWAKO, J.; GURZA LAVALLE, A. A política reconfigurada: gênero, sexualidade e silenciamento em Lula 3. In: KERCHÉ, F.; MARONA, M. (org.). *Governo Lula 3: reconstrução democrática e impasses políticos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2025. p. 317-337.

SZWAKO, J.; SÍVORI, H. Performing family in Fernando Lugo's and Dilma Rousseff's impeachment processes, Paraguay 2012 and Brazil 2016. *International Feminist Journal of Politics*, v. 23, p. 558-578, 2021.

WINK, G. *Conservadorismo brasileiro e a nova direita*. Belo Horizonte: Emcomum, 2023.

WINTERS, J. A. *Oligarchy*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2011.

“Enquanto na Europa e nos Estados Unidos há um interesse crescente pelo estudo da extrema-direita, na América Latina ainda contamos com relativamente poucas pesquisas sobre o assunto. Este livro contribui para preencher essa lacuna por meio de uma comparação sistemática de dois casos emblemáticos: Bolsonaro no Brasil e Milei na Argentina. Por meio da análise de dimensões-chave — como a relação com as forças armadas, os laços com o poder econômico e as políticas universitárias —, a obra oferece conhecimentos de ponta e uma perspectiva fundamental para futuras pesquisas sobre a extrema direita na América Latina. Trata-se, sem dúvida, de uma contribuição indispensável para quem se interessa pela região e pelo futuro da democracia.”

Cristóbal Rovira Kaltwasser,
autor de *Populism: A Very Short Introduction*

